



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIVISÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS

Termo Nº 168/2019-DGES/DIRAD

Belém-PA, 21 de maio de 2019.

Ao Sr. Chefe da DGES.

TERMO DE REFERÊNCIA

1) Objeto:

1.1. Aquisição de placas de sinalização visual de extintores de incêndio para uso no complexo predial da SUDAM, conforme descrito no Anexo I deste instrumento.

2) Justificativa da Contratação:

2.1. A aquisição é necessária para atendimento das normas de segurança e proteção, objetivando garantir a integridade física dos usuários do serviço público, servidores e comunidade externa, assim como do patrimônio público.

3) Classificação Orçamentária:

3.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência ocorrerão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária:

- Fonte: 0250 – Recurso Próprio
- Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo
- Programa de Trabalho: 04.122.211.2000.0001

4) Critérios de Sustentabilidade Ambiental:

4.1. Não há obrigatoriedade das placas de sinalização serem fornecidas por empresa detentora da norma ISO 14000 (art. 5º da IN SLTI/MPOG Nº 01/2010). Como trata-se de aquisição de material de consumo, caberá a SUDAM o descarte adequado das embalagens e dos materiais inservíveis.

5) Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto:

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do instrumento subscrito ao contrato, no seguinte endereço: Av. Almirante Barroso, nº 1113 – Marco, Belém-PA. CEP: 66093-082. Setor de Almoxarifado.

5.2. O recebimento do material dar-se-á em duas etapas:

5.2.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, imediatamente após a entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.2. Definidamente, com a aceitação no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise específica que comprove sua conformidade com os padrões estabelecidos no presente Termo de Referência.

5.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definido no dia do esgotamento do prazo.

5.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, sendo-lhe, ainda, concedido o mesmo prazo para retirada do material ou parte do que foi rejeitado, arcando a contratada com todas as despesas decorrentes deste processo.

5.4. Caso a substituição não seja efetuada a Contratante poderá rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. As placas de sinalização deverão ser novas, sem uso ou defeito, sujeito ao não recebimento no caso de não atendimento a estes requisitos.

5.7. Deverão estar incluídos no preço unitário todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta da contratada;

5.8. Nos casos não previstos neste Termo de Referência, serão observadas as condições de garantia do Código de Defesa do Consumidor.

6) Obrigações da Contratante:

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada nas dependências da SUDAM, para entrega dos materiais;

6.1.7. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização; e

6.1.8. Atestar as faturas correspondentes;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7) Obrigações da Contratada:

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos equipamentos adquiridos;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SUDAM;

7.1.8. Responder pelos danos causados diretamente à SUDAM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega dos materiais, não excluindo ou deduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela SUDAM;

7.1.9. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;

7.1.10. Manter os seus empregados devidamente identificados por uniforme e crachá quando em trabalho dentro das dependências da SUDAM.

8) Subcontratação:

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9) Alteração Subjetiva:

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10) Controle da Execução:

10.1. O fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado por equipe de servidores da Coordenação de Gestão Administrativa (CGA), previamente designada pela Administração, para a qual deverá ser dirigida qualquer solicitação da Contratada.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11) Pagamento:

11.1. O documento de cobrança/nota fiscal deverá ser apresentado, em 02 (duas) vias, devidamente protocolado, constando o número do Contrato e Nota de Empenho;

11.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento definitivo da nota fiscal;

11.3. Além das informações usuais deverão constar da nota fiscal os dados bancários para pagamento (número da conta corrente, agência, nome do banco e se a empresa é optante pelo "SIMPLES"). Sendo optante pelo "SIMPLES" deve ser enviada uma cópia do termo de opção juntamente com a nota fiscal;

11.4. Todos os lançamentos da NOTA FISCAL devem ser iguais aos constantes do contrato;

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Antes do pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas termo de referência.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) \times 365$
 $EM = I \times N \times VP$, onde:
 I = Índice de atualização financeira;
 TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
 EM = Encargos moratórios;
 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 VP = Valor da parcela em atraso.

12) Sanções Administrativas:

- 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. Não manifestar a proposta.
- 12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. Multa moratória de 0,1 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 12.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13) Rescisão Contratual:

- 13.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.
- 13.2. O Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a juízo da sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.
- 13.3. No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.
- 13.4. Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" deste item nenhum ônus recairá sobre o CONTRATANTE, em virtude desta decisão.
- 13.5. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, desde logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

14) Vigência Contratual:

- 14.1. O contrato vigorará por 06 (seis) meses, contados a partir da entrada da Nota de Empenho pelo Licitante.

15) Garantia dos Materiais:

- 15.1. O prazo mínimo de validade/garantia dos materiais é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do recebimento definido pela Contratante, ou o oferecido pelo fabricante, se maior.
- 15.2. A garantia consiste nas obrigações previstas na lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, além daquelas previstas no Edital.
- 15.3. Durante o período de validade/garantia os materiais que apresentarem defeito ou funcionamento irregular deverão ser substituídos em até 05 (cinco) dias úteis.
- 15.4. Em caso de danos ou vícios ocultos, impossíveis de serem observados pela Contratante, os materiais serão devolvidos e deverão ser substituídos em até 05 (cinco) dias úteis. A contagem do prazo de validade/garantia reiniciará a partir do recebimento desses materiais.

16) Qualificação Exigida:

- 16.1. Para comprovação de que a LICITANTE possui capacitação e experiência na execução do objeto deste instrumento, a empresa deverá, nos termos do Art. 30, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, juntamente com a documentação de habilitação necessária, apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de fornecimento do material descritos neste Termo de Referência.
- 16.2. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.
- 16.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) contemplar, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Nome do cliente;
- b) Endereço completo do cliente;
- c) Descrição dos bens fornecidos;
- d) Assinatura e identificação do signatário contendo: Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado;
- e) Telefone, fax ou e-mail de contato.
- 16.4. A SUDAM reserva-se o direito de realizar diligências aos locais indicados nos atestados e demais documentos, para confirmação das informações contidas e comprovação da boa execução e eficiência dos serviços, com base no § 3º, Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93;

17) Anexos:

- I – Especificação do objeto.
- II - Modelo de proposta de preço

Belém-Para, 21 de maio de 2019.

Maurício Santos de Souza
Agente Administrativo

Marcos Antônio Tavares de Sousa

Engenheiro Civil
DIMP / CGA

De acordo com o Termo de Referência.

Raimundo Benedito Oliveira dos Santos
Chefe de Divisão / DGE5

Aprovo o Termo de Referência.

Keila Adriana Rodrigues de Jesus

Diretora de Administração

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	CATMAT	OBJETO	Quantidade a ser adquirida (Unidade)	Imagem para Referência
1	396043	Placa de sinalização Extingtor CO2, fotoluminescente, autoadesiva, de acordo com a NBR 13434-2:2004, plástico PVC anti-chamas, alta durabilidade e tinta fotoluminescente que facilita visualização. Dimensões: 200mm x 200mm.	51	
2	396041	Placa de sinalização Extingtor Pó QuímicoABC, fotoluminescente, autoadesiva, de acordo com a NBR 13434-2:2004, plástico PVC anti-chamas, alta durabilidade e tinta fotoluminescente que facilita visualização. Dimensões: 200mm x 200mm.	24	


ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

MODELO DE PROPOSTA


A empresa _____ com sede na cidade de _____ (rua, avenida, etc.) _____, nº _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, propõe a SUDAM a prestação do objeto deste Ato Convocatório, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	OBJETO	Quantidade a ser adquirida (Unidade)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Placa de sinalização Extingtor CO2, fotoluminescente, autoadesiva, de acordo com a NBR 13434-2:2004, plástico PVC anti-chamas, alta durabilidade e tinta fotoluminescente que facilita visualização. Dimensões: 200mm x 200mm	51		
2	Placa de sinalização Extingtor Pó QuímicoABC, fotoluminescente, autoadesiva, de acordo com a NBR 13434-2:2004, plástico PVC anti-chamas, alta durabilidade e tinta fotoluminescente que facilita visualização. Dimensões: 200mm x 200mm.	24		


Data
Assinatura




Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Santos de Souza, Agente Administrativo**, em 21/05/2019, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.




Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Santos, Chefe de Divisão**, em 21/05/2019, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretor Substituto(a)**, em 21/05/2019, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Tavares de Sousa, Engenheiro Civil**, em 21/05/2019, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0156805** e o código CRC **776803DE**.

Referência: Processo nº 59004.000042/2019-71

SEI nº 0156805